



Diário Oficial da

CÂMARA

PODER LEGISLATIVO • BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

IMPRESSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Praça Helena Carmem
de Cassia Donato, S/N,
Bairro Liberdade

Telefone



77 3643-1130

Horário



Segunda a Sexta-feira,
das 07:00 às 13:00 h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



Processamento e
Certificação de
Documentos
Eletrônicos



RESUMO

LICITAÇÕES

RESPOSTA AO RECURSO

- RESPOSTA RECURSO
- RESPOSTA RECURSO AUTORIDADE COMPETENTE

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 03-2023

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003-2023-SRP-CMM



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

ATO ADMINISTRATIVO**PREGÃO ELETRÔNICO n. 003/2023****AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2023**

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Matina.

EMENTA. Materiais de limpeza. Recurso. Prazo. Recurso tempestivo e não provido. Razoabilidade. Melhor proposta para a administração.

DO RELATÓRIO

A Empresa THIAGO FERNANDES PATEZ DOS SANTOS (NOME FANTASIA ROYAL COMERCIO DE PRODUTOS), de CNPJ sob nº: 48.651.675/0001-27, endereçou recurso a Pregoeira, aduz as seguintes argumentações:

I. Aduz que a empresa, na guia de pedidos, que a arrematante deve ser desclassificada por não atender os requisitos do edital. No corpo do recurso, pontua que existe o chamado “jogo de planilhas”. E que a administração deve ser orientada pelos princípios do Direito e da Moral.

Nos termos sagrados e fundamentais da solicitação de recurso, é o relatório.

DA PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE

Importa destacar que o presente pedido de recurso foi tempestivo, nos termos do art. 44, §1º do Decreto Federal nº 10.024/2019, incorporado na legislação municipal e consoante aos ditames do regramento licitatório (infra)constitucional.

DA ESTRUTURA DE MÉRITO E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Conforme descrito nos pontos de relato, basicamente, roteirizando em mérito, a empresa defende que sua concorrente deverá ser desclassificada pelo não cumprimento do item 12.18 do edital, e edifica o que ela concebe por “jogo de planilhas”, o que, em suas próprias palavras, ela ilustra como: “Esta peculiaridade poderá ensejar o ajuste nos quantitativos dos itens a fim de beneficiar a empresa vencedora, caracterizando o denominado “jogo de planilhas”. Ou seja, o jogo de planilhas consiste no ajuste (alteração contratual) posterior dos quantitativos previstos na licitação com vistas a reduzir a





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

quantidade de itens ofertados com valores inferiores aos praticados no mercado e/ou aumento do quantitativo de itens ofertados com sobrepreço.” (sic).

Basicamente o recorrente aduz que o jogo planilhas é uma manipulação de inexecuibilidade realizada pela licitante e que, na execução do contrato, ocorrerá fraude, pois haverá mudança na prática dos quantitativos (sic) e, compreende isso como mérito e defende que isso seja acolhido pela comissão enquanto elemento de desclassificação.

Na mesma esteira é importante mencionar que a licitante em diversos momentos produziu apontamentos na sessão do certame público, inclusive sobre os atestados da concorrente, todavia, o mérito sequer foi aduzido aqui, em sede recursal, o que demonstra claramente o caráter protelatório e meramente voltado a tumultuar o certame público de quem simplesmente não obteve o resultado pretendido na disputa de preços.

Reiterando o óbvio, o que a recorrente busca com sua provocação é somente um salvo conduto para cobrir a própria indisponibilidade de preço que não teve, sendo derrotada pela vencedora em uma diferença de R\$ 100,95.

Não há qualquer vício na planilha de composição de preços e custos apresentada pela licitante vencedora e, ainda se houvesse, por si só, não seria motivo de desclassificação, conforme melhor preleciona a melhor doutrina do Tribunal de Contas da união, assentada em sua jurisprudência:

É possível o **aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis**, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso **não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade**. Acórdão 187/2014-Plenário I Relator: VALMIR CAMPELO (grifo nosso)

Na mesma esteira, o Controle Externo da União reforça:

Admite-se, **em respeito ao princípio da razoabilidade, a correção de proposta vencedora de pregão**, em que haja o detalhamento de encargos trabalhistas obrigatórios sem que tenha havido cotação, **desde que não acarrete alteração do valor final da proposta ou prejuízo à Administração** e aos demais licitantes. Acórdão 10604/2011 - Segunda Câmara I Relator: ANDRÉ DE CARVALHO (grifo nosso)

Com efeito, fica mais que esclarecido que o posicionamento prudencial administrativo admitido é de que, nos termos em assente, há a perfeita condição do pregoeiro, revestido na autoridade judicante do certame, agir em razoabilidade perante a correção da proposta vencedora, alçando dos melhores elementos disponíveis para garantir a segurança e a melhor proposta para a administração.





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA
CNPJ: 01.673.876/0001-61
ESTADO DA BAHIA

Por estes termos, tanto em vertentes que contemplam a estrutura dos conceitos trazidos, bem como sua tipologia de objeto e sua comprovação, a fundamentação exposta, resta decidir.

DA SÍNTESE CONCLUSIVA

Destarte, frente a todo o exposto, por mérito, fato e jurisprudência, conforme emana da legislação (infra)constitucional, a Pregoeira **RECEBE** o presente recurso, por preencher os requisitos de forma e tempestividade insculpidos na lei, para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, sendo **MANTIDA** a classificação da empresa vencedora e as todas as demais decisões já tomadas em sede de certame, **DEVENDO** o processo administrativo seguir seu rito normal até a justa homologação pela autoridade competente.

Do presente ato administrativo, que;

Publique-se no Diário Oficial da Câmara,

Registre-se nos autos do processo administrativo,

Intime-se a recorrente da decisão pelos meios eletrônicos já utilizados.

É a decisão.

Matina, 17 de maio de 2023.

LELIANE ALVES BELÉM
Pregoeira





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

ATO ADMINISTRATIVO**PREGÃO ELETRÔNICO n. 003/2023****AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 015/2023**

CONSIDERANDO o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, que estabelece o contraditório, ampla defesa e os graus recursais disponíveis;

CONSIDERANDO que a autoridade competente, na forma do Chefe do Poder Legislativo é o último grau de jurisdição sagrado na Administração Pública Específica, tendo sua participação arraigada no devido processo administrativo licitatório em todas as suas fases, seja prévia, presente ou póstuma, nos termos da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO o art. 43, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, que determina a autoridade competente como promotora da homologação e adjudicação do processo licitatório;

R E S O L V E

I. RECEBER o recurso promovido pela empresa **THIAGO FERNANDES PATEZ DOS SANTOS**, por ser tempestivo nos termos do art. 109, inciso I, alínea a) da Lei Federal nº 8666/93;

II. NEGAR-LHE PROVIMENTO em seus termos e integralidades, acompanhando a inteligência normativa exposta pela Pregoeira;

III. DETERMINAR o prosseguimento do certame licitatório em seu rito comum para as fases restantes até o retorno para autoridade competente, a fim de homologar e adjudicar o certame.

Publique-se no Diário Oficial do Município,

Registre-se nos autos do processo administrativo,

Intime-se a impugnante da decisão pelos meios eletrônicos já utilizados.

É a decisão.

Matina, 17 de maio de 2023.

ADEMILTO DE OLIVEIRA FERREIRA
Presidente da Câmara





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2023**

Aos 17 (dezessete) dias do mês de maio de 2023, na sede da Câmara Municipal de Matina, acolho o parecer jurídico, para que surta seus efeitos legais em integralidade, nos termos de competência que **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o **PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 003/2023**, fruto do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 015/2023**, para que surta seus efeitos, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 113/2021, determinado pelo objeto de **Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Matina**, a ser fornecido pela empresa SUPERMERCADO VICTOR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.696.599/0001-99, com sede na Praça Joaquim Vieira Leonino, s/n, Centro, CEP: 46480-000, Matina – BA, representado por Erivan Márcio Reis Teixeira, inscrito no CPF sob o nº 891.609.915-34 e RG sob o nº 07.048.512-70, no valor global de R\$ 30.699,05 (Trinta mil, seiscentos e noventa e nove reais e cinco centavos), dentro das formalidades legais.

Matina/BA, 17/05/2023.

ADEMILTO DE OLIVEIRA FERREIRA
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2023SRP-CMM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-23PE

Aos 17 (dezesete) dias do mês de maio de 2023 na sede da **CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA – BAHIA**, entidade de Direito Público Interno, com sede na Praça Helena Carmem de Castro Donato, s/n, inscrito no CNPJ sob Nº. 01.673.876/0001-61, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de MATINA, **Sr. Ademilto de Oliveira Ferreira**, RG nº 11.538.824-93 e CPF nº 009.183.795-20, doravante denominado CMM, e do outro lado a Empresa a seguir descrita e qualificada nos termos das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2007, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-23PE**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais de limpeza destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Matina.

1.2. A empresa registrada é a seguir descrita, com a respectiva qualificação:

FORNECEDORA:

1.2.1. **SUPERMERCADO VICTOR LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.696.599/0001-99, estabelecida na Praça Joaquim Vieira Leonino, s/n, Centro, CEP: 46480-000, Matina – BA, telefone fixo (77) 9 9100-2154, através de seu Representante Legal, o Sr.(a) Erivan Márcio Reis Teixeira, portador(a) da cédula de identidade nº 07.048.512-70 SSP - BA, e CPF: 891.609.915-34.

Os valores registrados na Ata de Registro de Preços serão os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ÁCIDO MURIATICO 1LT	180	UND	START	R\$ 7,72	R\$ 1.389,60
2	ÁGUA SANITÁRIA 1 LT	300	UND	QBOA	R\$ 2,32	R\$ 696,00
3	ÁLCOOL 96% 1000ML	200	UND	SOL	R\$ 7,74	R\$ 1.548,00
4	CERA LÍQUIDA BRANCA	350	UND	POLITRIZ	R\$ 5,53	R\$ 1.935,50





CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

5	COPO DESCARTÁVEL PC 100 UNIDADES 180 ML	100	UND	CRSTAL COPO	R\$ 5,53	R\$ 553,00
6	COPO DESCARTÁVEL 200 ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	200	UND	CRSTAL COPO	R\$ 5,53	R\$ 1.106,00
7	ÁLCOOL 70% 1000ML	150	UND	SOL	R\$ 7,19	R\$ 1.078,50
8	COPO DESCARTÁVEL 50 ML PACOTE C/ 100 UNIDADES	150	UND	CRISTAL COPO	R\$ 4,97	R\$ 745,50
9	EBULIDOR DE ALUMINIO	50	UND	COTHERM	R\$ 22,66	R\$ 1.133,00
10	DETERGENTE 500 ML	350	UND	YPE	R\$ 2,65	R\$ 927,50
11	DESINFETANTE 500 ML	350	UND	PINHO BRIL	R\$ 3,70	R\$ 1.295,00
12	DESINFETANTE GEL PINHO 1LT	300	UND	ZAB	R\$ 4,31	R\$ 1.293,00
13	SACO RESISTENTE PARA LIXO 50 LITROS	300	UND	ECOLIXO	R\$ 3,81	R\$ 1.143,00
14	VASSOURA DE NYLON VÁRIAS CORES	35	UND	SAPECA	R\$ 7,74	R\$ 270,90
15	VASSOURA DE PELOS 30CM CABO DE BOA QUALIDADE	35	UND	CONDOR	R\$ 9,95	R\$ 348,25
16	RODO C/ CABO	70	UND	RODOFORT	R\$ 7,74	R\$ 541,80
17	SABÃO EM PÓ OMO	150	UND	OMO	R\$ 9,12	R\$ 1.368,00
18	PAPEL HIGIÊNICO	250	UND	CARINHO	R\$ 13,82	R\$ 3.455,00
19	LIMPA VIDROS 500GR	250	UND	VEJA	R\$ 12,82	R\$ 3.205,00
20	LIMPA PISO LIMPEZA PESADA	280	UND	START	R\$ 6,08	R\$ 1.702,40
21	LIMPA PISO PERFUMADO	150	UND	CASA E PERFUME	R\$ 6,63	R\$ 994,50
22	LÃ DE AÇO	200	UND	BOMBRIL	R\$ 3,21	R\$ 642,00
23	PANO DE CHÃO	300	UND	XADREZ	R\$ 3,76	R\$ 1.128,00
24	ÁLCOOL GEL 70%	180	UND	SAFRA	R\$ 6,63	R\$ 1.193,40
25	SABONETE LÍQUIDO 1 LT	80	UND	PREMISSE	R\$ 7,74	R\$ 619,20



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

26	DESODORIZADOR AEROSOL AMBIENTAL	50	UND	BOM AR	R\$ 7,74	R\$ 387,00
VALOR TOTAL						R\$ 30.699,05

2. CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1. As requisições ocorrerão de acordo com a necessidade da Câmara Municipal e por meio da emissão de nota(s) de empenho, Instrumento Contratual ou qualquer outro meio legal congênere disponível.

2.2. Os produtos deverão ser fornecidos logo após expedido a requisição pela Câmara Municipal.

2.2.1 O fornecimento, objeto desta licitação deverá ser efetuado nos termos da presente ata, de acordo a ordem de produto emitida pela Câmara Municipal.

2.3. Correrão por conta da FORNECEDORA todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.4. Constatada divergência entre o(s) produto(s) entregue(s) especificado na proposta, a FORNECEDORA deverá substituí-los em, de imediato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1 O preço ofertado pelas Licitantes signatárias da presente Ata de Registro de Preços, são os constantes na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-23PE.

3.2 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço e prazo, as cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-23PE que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3 Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003-23PE, pela empresa FORNECEDORA da presente Ata, a qual também a integra.

3.4 A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com início em **17/05/2023** e término em **17/05/2024**, enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos do Decreto n.º 4.152/09.

3.5 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CÂMARA MUNICIPAL não será obrigada a adquirir o produto relacionado na Cláusula Primeira, exclusivamente, pelo PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos Licitantes vencedores, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao vencedor, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

4 CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo, a ser efetuado por esta Instituição, e será processado mediante crédito em conta corrente da FORNECEDORA, nos termos da legislação vigente.

5.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o nome da empresa, CNPJ, número da Nota de Empenho, números do Banco, Agência e Conta Corrente da FORNECEDORA, descrição do objeto prestado;

5.3. O pagamento será efetuado somente após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da FORNECEDORA através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), além do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) tributos Municipais estaduais e federais, e declarações exigidas por lei.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

5.3.1. Caso seja constatada a não regularidade fiscal ou referente à outra certidão, FORNECEDORA será notificada pela Câmara Municipal, fixando-se um prazo para a regularização da situação, sob pena de anulação da Ata de Registro de Preços.

5.4. Não será efetuado qualquer pagamento a FORNECEDORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira por parte desta, seja em virtude de penalidade, indenização, inadimplência contratual ou qualquer outra de sua responsabilidade.

5.5 No caso de devolução da nota fiscal ou fatura, por sua inexatidão ou de dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 5.1. será contado da data de entrega da referida correção.

5.6 Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registro em nome da FORNECEDORA em qualquer cadastro de empresas Inidôneas, Suspensas ou Impedidas de licitar com a Administração Pública.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1 A licitante vencedora deverá fornecer o produto designado pela Câmara Municipal, de imediato após expedida a requisição.

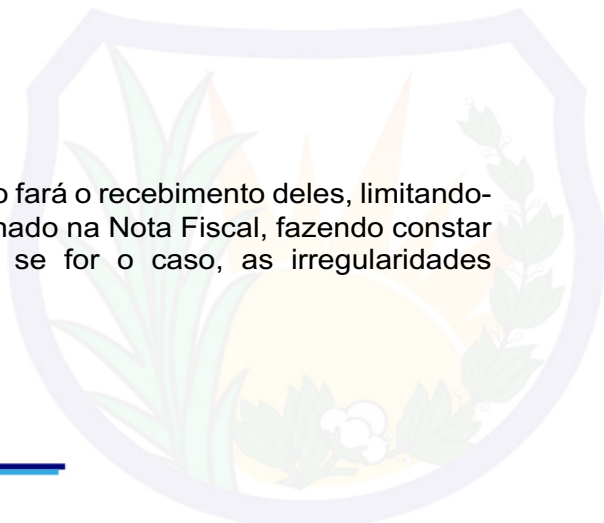
6.2 O produto será acompanhado e fiscalizado por representante(s) da Câmara Municipal, designado(s) para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

a) A responsabilidade pelo recebimento do produto ficará a cargo de um funcionário devidamente designado, o qual procederá ao atesto da Nota Fiscal.

6.3 O recebimento será feito em duas etapas:

6.3.1 Recebimento provisório:

a) No local do fornecimento, o Servidor designado fará o recebimento deles, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e na Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

6.3.2 Recebimento definitivo:

a) No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, o Servidor designado procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a qualidade dos produtos entregues em conformidade com o exigido neste Edital e constante da respectiva proposta de preço da licitante vencedora.

6.4 Em caso de conformidade, o responsável atestará a efetivação do fornecimento na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente para fins de pagamento.

6.5. Durante o recebimento provisório, em caso de desconformidade e rejeição do produto prestado, a Câmara Municipal poderá exigir a substituição de qualquer do(s) produto(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações de imediato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1. Promover o produto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas no Termo de Referência, guardando-os de forma adequada até a efetiva retirada deles.

7.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outra empresa.

7.3. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Administração.

7.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Câmara Municipal.

7.5. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto da Câmara, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Câmara Municipal.

7.6. Comunicar ao Gestor do Contrato, vinculado à Câmara Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao produto e prestar os esclarecimentos cabíveis.

7.7. Manter, durante o produto, em compatibilidade com as obrigações a serem



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CMM

8.1. Permitir o acesso dos empregados da FORNECEDORA às dependências da Câmara Municipal para a entrega do material proporcionando todas as facilidades para que a FORNECEDORA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

8.2. Rejeitar, no todo, o produto prestado em desacordo com as obrigações assumidas pela FORNECEDORA.

8.3. Comunicar à FORNECEDORA qualquer irregularidade do produto.

8.4. Impedir que terceiros prestem o produto objeto deste Termo.

8.5. Atestar fatura correspondente, por intermédio de servidor designado para essa finalidade.

8.6. Receber o material, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando seu recebimento.

8.7. Rejeitar, com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora das especificações contratadas, arcando a FORNECEDORA com ônus decorrente do fato.

9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES

9.1. A LICITANTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a Câmara aplicará à LICITANTE VENCEDORA, as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por escrito;

9.2.2. Multa moratória de 0,25 % (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor global da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, aplicável até o 20º (vigésimo) dia, configurando a inexecução parcial do objeto;

9.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, o que poderá ocasionar o cancelamento da Ata de Registro de Preços ou rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

9.3. A sanção prevista no item 9.2.1 poderá ser aplicada cumulativamente com os itens 9.2.2 e 9.2.3, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.5. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso no produto advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

9.6. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

9.7. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

9.8. As sanções serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial da Câmara Municipal de MATINA-BA.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

10.1 Considera-se parte integrante desta ata, como se nele estivessem transcritos, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003-23PE, seus Anexos e a proposta da FORNECEDORA.

10.2 A existência de preços registrados não obriga a CMM a firmar as contratações que deles poderão advir.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da cidade de MATINA-BAHIA.

11.2 Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

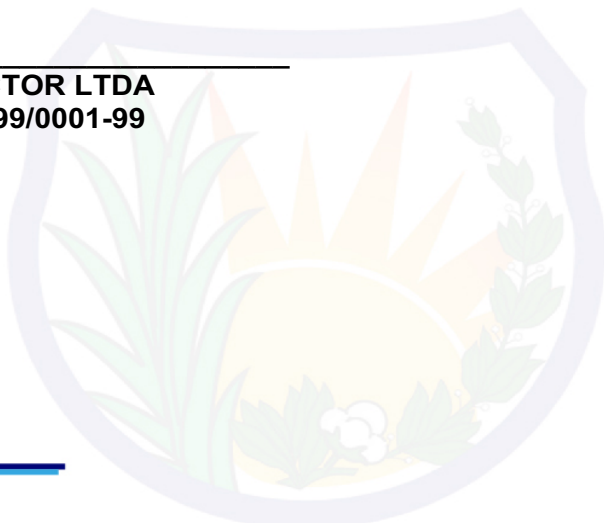
Matina, Estado da Bahia, 17 de maio de 2023.

Ademilto de Oliveira Ferreira,
Presidente da Câmara Municipal de MATINA

SUPERMERCADO VICTOR LTDA
CNPJ/MF Nº 07.696.599/0001-99

Testemunhas:

Nome: _____



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/AEC2-B7A0-2295-2D63-CBBD> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AEC2-B7A0-2295-2D63-CBBD



Hash do Documento

8842f88c0f74e20f4c3fc8d24307870fb863e76a6c31ec346544bd6772df6137

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/05/2023 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 17/05/2023 16:32 UTC-03:00